

HABEAS CORPUS Nº 493.715 - MG (2019/0045042-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : MARCO TÚLLIO NETTO RAGAZZI E OUTRO
ADVOGADOS : MARCO TULLIO NETTO RAGAZZI - MG079325
CAROLINE LEITE LÚCIO - MG092828
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARIA ANGELA FERREIRA MATIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** impetrado em favor de MARIA ANGELA FERREIRA MATIAS, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que a ora paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva e posteriormente foi condenada pela prática dos delitos previstos no art. 33, **caput**, e no art. 35, c/c art. 40, inciso VI, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 10 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, sendo negado-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Em sede de recurso de apelação, a sentença foi anulada em razão da ausência do exame de tese levantada pela defesa nas alegações finais.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor da paciente, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar, sustentando, ainda, que, em razão da anulação da sentença condenatória, não haveria título prisional válido que justifique a manutenção da prisão preventiva da paciente.

É o breve relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre consignar que uma vez tendo sido anulada a sentença condenatória da paciente, subsiste a r. decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva como título prisional em desfavor da ora paciente.

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus**

boni iuris, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. juízo de primeiro grau, com o envio de cópias das decisões proferidas.

Após, vista dos autos à d. Procuradoria-Geral da República.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator